

A Linguagem Não-Sexista

1 - A Discriminação do Ponto de Vista Jurídico

“Uma das mais graves discriminações ocorre quando o direito de ser educado de uma pessoa é atingido, porque o direito à educação é um direito social fundamental para o ser humano:

“O termo discriminação abarca qualquer distinção, exclusão, limitação ou preferência que, por motivo de raça, cor, sexo, língua, opinião pública ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social, condição econômica ou nascimento, tenha por objeto ou efeito destruir ou alterar a igualdade de tratamento em matéria de ensino”. (Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino - adotada pela conferência Geral da UNESCO em Paris, 1960 - promulgada pelo Decreto nº 63.223, de 6 de setembro de 1968) 3[3]”

(Fonte: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1663, data de acesso: 06/06/2011)

2 - Artigo - A Presidenta ou a Presidente?

Tanilda Araújo*

“A eleição inédita no Brasil de uma mulher para a Presidência da República levantou uma questão não só linguística, mas também de inclusão. Então Dilma Rousseff é “a presidenta” ou “a presidente” do país? Penso que, em princípio, como ela quiser ser chamada, até por ser a “primeira” e porque a nossa língua já acolheu a palavra presidenta nos dicionários e ainda não define como errada nenhuma das duas formas.

Se a palavra “a presidente” foi usada até hoje e espelhava uma realidade quase sem mulheres na política, a eleição da Dilma protagoniza uma tendência de as presidentas, como aconteceu na Argentina e no Chile em que Cristina Kirchner e Michelle Bachelet fazem questão de ser “la presidenta”.

Alguns jornalistas dizem que expressar “todas e todos parece discriminação, pois separa os gêneros”; “utilizado no masculino já é genérico e abrange a todos”. A imprensa ainda não compreendeu a importância de expressar uma linguagem não sexista que dá visibilidade às mulheres. Nós não nos sentimos incluídas nesta expressão “todos” ou de referir a mulher sempre no masculino.

Não culpamos ninguém por esta cultura, mas os vocábulos, artigos, preposições têm suas variações por isso mesmo. É pela língua que se faz a dimensão simbólica da opressão. Por trás da semântica está a luta pelo poder. Sabemos ainda que os hábitos linguísticos não se alteram por decreto, mas por entender a importância da linguagem que, simbolicamente, pode ter consequências práticas em nossas vidas.

Precisamos mudar a forma escrita e a fala como elemento de transformação e evolução de um novo e inclusivo tempo.”

Autora * Tanilda das Graças Araujo é Coordenadora Municipal de Políticas para as Mulheres de 07-03-2011 14:47

(Fonte: <http://www.jornalfolhadolago.com.br/noticia-detalhes.asp?id=50¬icia=ARTIGO---A-presidenta-ou-a-presidente?>, data de acesso: 06/06/2011)

3 - A Campanha por uma Educação Não Discriminatória na América Latina: 21 de Junho

“No alfabeto é assim: “A = O”. Duas letras diferentes, iguais em importância. Na vida dos seres humanos, naturalmente deveria também ser assim: iguais em direitos humanos e respeitados em suas diferenças de homens e mulheres.

Entretanto, o rio da história da humanidade não seguiu esse “curso natural” das coisas. Ao longo de milênios, a divisão sexual do trabalho e os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres fizeram o gênero masculino sobrepor-se ao gênero feminino em relações sociais baseadas no binômio dominação/subordinação cristalizaram-se em todas as esferas da vida humana.

O mundo mudou.

Nos últimos anos, a presença feminina em funções cada vez mais diferenciadas no mercado de trabalho, na política, na administração, entre outros, trouxe a necessidade de traduzir para o vocabulário o que vem sendo vivido.

O movimento de mulheres foi pioneiro ao identificar as concepções estereotipadas das características e papéis atribuídos a mulheres e homens e aceitar a diversificação hoje existente. Reitor de universidade pode ser reitora, assim como vereador, deputado, senador, pode ser vereadora, deputada, senadora. Delegados, consultores, peritos, podem ser mulheres ou homens. Menina que nasce pode vestir branco, verde, amarelo ou até azul e é tão desejada quanto menino por ser, como ele, um novo ser humano. Menina pode brincar com carrinho, menino pode brincar de boneca... sem problema. Em casa, homens se revezam com mulheres em todas as tarefas de reprodução da vida, no cuidado das crianças e dos trabalhos do lar... com muito prazer! A vinculação da mulher ao antigo pátrio poder masculino, primeiro do pai, depois do marido, aliadas aos vários tipos de negação e invisibilidade da mulher já são vistos como estereótipos de um traço social antigo, mesmo se a prática cotidiana ainda não é generalizada.

Como o eixo cultural que fazia do homem o núcleo das relações familiares, comerciais, profissionais e intelectuais foi deslocado, o desempenho da mulher no novo status que adquiriu trouxe outras exigências, que incluem mudanças profundas em relação ao que aprendemos tradicionalmente na educação discriminatória recebida na família e depois na escola, tanto no conteúdo como na linguagem dos livros de história, geografia, ciências, gramática, redação, matemática... chegando até o conteúdo e a linguagem dos cursos de direitos, filosofia, engenharia, arquitetura e tantos outros, de nível universitário. Como consequência, emergiu a necessidade de revisar a linguagem em suas diversas formulações, exemplos e imagens que contribuem para perpetuar os estereótipos sexuais. A revisão da linguagem tornou-se, assim, um novo tema de aprendizagem permanente para crianças, jovens e pessoas adultas, independentemente da formação acadêmica à qual tiveram acesso.

A linguagem sexista chegou a ser objeto de estudo tratado nos mais diferentes níveis de governo, chegando ao âmbito das Nações Unidas. Na 24a. sessão da Assembléia Geral da UNESCO, foi examinada a necessidade e a conveniência de se eliminar dos registros escritos e dos discursos orais “todas as formas discriminatórias de linguagem” em relação à mulher. Juntamente com outras questões relativas ao novo status que a mulher adquiriu, foram trabalhadas uma série de normas e resoluções,

editados manuais de estilo e de redação e implantadas regras diversas em relação à questão. A UNESCO publicou, inclusive, uma série de Diretrizes para uma Linguagem Não-sexista.

Um tema planetário de educação permanente

Mas a linguagem sexista é fruto de uma prática social sexista, pautada pela educação sexista recebida na família, na escola, nas igrejas, no ambiente de trabalho e de lazer ou através dos meios de comunicação. A forma como um povo se expressa através de sua linguagem no sentido amplo da palavra, revela a qual é sua visão do mundo, quais são os valores e sentimentos que norteiam a dinâmica de sua organização social e psicológica.

Neste sentido, mudar a linguagem sexista significa aceitar o desafio de romper com sistemas de educação e práticas sexistas para criar nova consciência e novas atitudes e formas de relações entre homens e mulheres. Este tema, trazido pelo maior movimento social mundial do século XX - o movimento de mulheres -, entrou na pauta de várias conferências mundiais do último quarto do século XX, quando as mulheres emergiram no cenário internacional.

O evento mais significativo foi, sem dúvida alguma, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em 1995 em Beijing, na China, que contou com a presença de 184 países e mais de 40 mil mulheres, culminando um processo de intensa mobilização dos movimentos de mulheres em nível mundial. No Brasil, mais de 800 grupos participaram do processo preparatório.

O resultado maior desta conferência foi a Plataforma Mundial de Ação orientada para proteger os direitos humanos das mulheres respeitando suas características individuais de raça, etnia, idade, condição física, social, estado civil e cultura. O governo brasileiro também assinou sem reservas a Plataforma com o elenco de propostas que os governos de todo o mundo devem implementar nas seguintes áreas: pobreza, educação, saúde, violência, direitos humanos, meio ambiente, comunicação, exercício do poder e participação política.

Por incrível que possa parecer, alguns representantes de governos fundamentalistas presentes à Conferência tiveram dificuldade de assinar os parágrafo onde se afirma que “os direitos das mulheres são direitos humanos”. É um dado que revela o tamanho e o alcance desta questão ainda pendente em nível planetário e deixa clara a necessidade de esforços especiais para mudar as mentalidades de centenas de milhões de pessoas que ainda são formadas de acordo com valores, crenças, leis e costumes que discriminaram o sexo feminino durante milênios.

O capítulo da Plataforma sobre Educação aponta algumas destas questões a serem resolvidas:

- Assegurar a igualdade de acesso à educação para as mulheres de todas as idades;
- Erradicar o analfabetismo, assegurando o acesso universal das meninas ao ensino primário e secundário antes do ano 2015;
- Aumentar o acesso das mulheres à formação profissional e criar programas educativos para mulheres desempregadas;
- Velar para que as instituições educacionais respeitem os direitos das mulheres e meninas à liberdade de consciência e religião;

- Promover uma educação não discriminatória, eliminando toda e qualquer disposição legal que estabeleça diferenças por qualquer forma de discriminação;
- Elaborar currículos e livros didáticos livres de estereótipos para todos os níveis de ensino, inclusive para a formação de pessoal docente.

Por sua vez a UNESCO, na V Conferência de Educação de Jovens e Adultos realizada em Hamburgo no ano de 2000, foi muito insistente na necessidade de rever totalmente nossos padrões mentais, desenvolvendo novas atitudes e adquirindo novas habilidades para um convívio harmonioso entre mulheres e homens convivendo em sociedade. A revisão da linguagem é ali incluída em sua expressão mais ampla, de representação social que, ao ser diferente nas pessoas jovens e adultas, repercutirá, naturalmente na educação das crianças.

Em Campanha por uma linguagem e uma educação não sexista

Desde 1991, a Rede Latino-americana de Educação Popular entre Mulheres - REPEM - realiza, cada ano, uma Campanha Educação Não-Sexista com data marcada: 21 de junho. Nesse dia, nos vários países do continente, centenas de milhares de textos, poemas, letras de canções, desenhos, peças de teatro, concursos, programas de rádio e TV, publicações, seminários, etc. expressam na maior diversidade de aproximações, que “A = O”. Além das escolas e universidades, a Campanha busca chegar às empresas, órgãos públicos, organizações da sociedade civil, onde a redação de comunicados e documentos, pronunciamentos e palestras, publicações e materiais educativos, pode expressar nova postura frente à mesma questão: “A=O”.

Definitivamente, o reconhecimento da igualdade de direitos humanos de homens e mulheres na sua diversidade de condição humana passa também por uma linguagem não sexista. Naturalmente, ela só acontece quando igualmente se modifica a prática das pessoas que decidem incluir em suas vidas a “aprendizagem permanente da partilha do poder, do saber, do prazer e do bem querer entre mulheres e homens convivendo em sociedades que se fundamentam na igualdade, equidade e reciprocidade. Porque “A = O”.

Educação não-sexista e não discriminatória é educação inclusiva.

A partir de 1998, a REPEM mudou o título da campanha. De educação não-sexista passou a educação não discriminatória. Esta mudança veio como evolução normal dos acontecimentos e do envolvimento da REPEM com as grandes campanhas anti-racistas. É normal que assim seja. Porque a mulher, discriminada por ser mulher, vive a discriminação de gênero de formas diferenciadas a partir de sua condição de classe, de raça e etnia ou de idade. Desta forma, a Campanha de educação não-sexista e não discriminatória é, em última instância uma campanha de educação inclusiva de todos os seres humanos - mulheres e homens - nos vários ciclos da vida.”

No Brasil, a Rede Mulher de Educação está promovendo esta campanha por iniciativa e participação de suas sócias - educadoras. Junte-se a nós: rdbmulher@redemulher.org.br. <http://www.redemulher.org.br>. Em Toledo: MVConsultoria de educação e gênero para projetos sócio ambientais: moema@certto.com.br.

AUTORA: Moema L. Viezzer, Socióloga e educadora, fundadora da Rede Mulher de Educação, co-fundadora da REPEM- Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe.

(Fonte: <http://www.redemulher.org.br/MoemaLViezzer.html>, data de acesso: 06/06/2011)

4 - França

Linguagem Sexista

“Os nomes em que um mesmo gênero gramatical designam indistintamente o indivíduo do sexo masculino ou feminino pertencem à linguagem epicena.

A supressão de "Senhorita" em Lausanne pode ser considerada como um aspecto dessa linguagem muito discutida, precisamente na perspectiva da eliminação do sexismo na linguagem.

Ao adotar uma comunicação oficial uniforme e coerente, a prefeitura de Lausanne vai na direção da feminização da língua.

Um dos muitos exemplos de sexismo na linguagem está na palavra "chef", em francês. Seguindo-se as regras gramaticais, o termo feminino deveria ser "cheffe" mas o ele é pouco utilizado. Muitas pessoas não o admitem porque consideram que com a língua não se mudam os fatos.

Valérie Berset, delegada para assuntos de igualdade na prefeitura de Lausanne, dá o exemplo de uma menina de 5 anos.

Se ela aprende na escola que, em francês, a palavra "cheffe" existe, naturalmente ela vai saber que um dia poderá ocupar essa função. No entanto, reconhece Berset, a mudança de mentalidade deve ser pensada em termos de gerações e não de anos.”

Swissinfo - 21. Agosto 2002 - 15:27

(Fonte: http://www.swissinfo.ch/por/Capa/Archive/Linguagem_sexista.html?cid=2885102, data de acesso: 06/06/2011)

5 - Espanha

No site do Instituto de la Mujer de España, em Publicações Nombra

“No site do Instituto de la Mujer de España, em Publicações NOMBRA podem ser encontradas de “a” a “z” as profissões em masculino e feminino (em espanhol, mas em muitos casos se aplicam ao português também. N. da T.)

Aqui apresentamos algumas regras que podem nos ajudar a saber como se forma o feminino nas profissões conforme o caso.

Formação do Masculino e do Feminino em Profissões e Cargos

Regras

1 - Regras de morfologia

1.1. Casos com dupla solução

O feminino de profissões ou cargos se forma acrescentando a letra “a” no final da palavra e o masculino acrescentando a letra “o”.

Exemplos: terminações em “a”/”o” Adivinha - Adivinho

Cômica - Cômico

Exemplos: terminações em “eira” / “eiro”

Cozinheira - Cozinheiro

Padeira - Padeiro

Doceira - Doceiro

Exemplos: terminações em letras dentais (t ou d) mais “ora” / “ero”

“tora” / “tor”

“dora” / “dor”

Relatora - Relator

Cuidadora - Cuidador

Exemplos: terminações em “óloga” / “ólogo”

Psicóloga - Psicólogo

Antropóloga - Antropólogo

Exemplos: terminações em “ônoma” / “ônomo”

Astrônoma - Astrônomo

Ecônoma - Ecônomo

Exemplos: terminações em “ária” / “ário”

Veterinária - Veterinário

Donatária - Donatário

Exemplos: terminações em “ica” / “ico”

Médica - Médico

Diplomática - Diplomático

Exemplos: terminações em “ona” / “ão”

Patrona - Patrão

Peona - Peão

Exemplos: terminações em “enta” / “ente”

Presidenta - Presidente

Regenta - Regente

1.2. Casos de gênero comum

Este tipo de formação é a que se usa para o feminino e o masculino a mesma terminação.

Exemplos: terminações em “ente” Docente/Expoente/correspondente

Exemplos: terminação em “ista”

Jornalista/comentarista/telefonista/dentista

Exemplos: terminação em “AL”

Industrial/fiscal/comensal

Exemplos: terminações em “e”

Grumete/forense/demente

2. Regras de concordância ou sintáticas

Sempre estejamos falando de casos comuns ou não, utilizaremos os determinantes femininos para acompanhar um ofício, profissão ou cargo exercido por uma mulher e os determinantes masculinos quando se trate de um homem

Uma fiscal.....um fiscal

uma patroa.....um patrão

aquela cavaleira...aquele cavaleiro

a juíza.....o juiz

a industrial.....o industrial

Da mesma forma trataremos os adjetivos e os participios A juíza adjunta ao tribunal / a segunda cavaleira da lista

O juiz adjunto ao tribunal / o segundo cavaleiro da lista

A guia encarregada do grupo / o guia encarregado do grupo

Uma grande especialista / um grande especialista

Uma engenheira em computação / Um engenheiro em computação

SUGESTÕES: para a utilização do feminino e masculino em cargos, ofícios e profissões

A - Não usar nunca formas sexistas. Tornar visíveis as mulheres e, portanto, não usar o masculino como genérico (o masculino é masculino, não genérico)

B - Quando se fizer uma oferta de emprego deve aparecer o feminino e o masculino. Preferentemente (como uma ação positiva) colocar sempre primeiro o feminino e depois o masculino.

Enquanto a linguagem continuar carregada de estereótipos, não convém dissimular a visibilidade das mulheres. Por isso é importante evitar as barras diagonais: "oferece-se trabalho a costureira/o". Não se devem usar parênteses "buscamos um (a) advogado (a)". Nesse mesmo sentido é preciso eliminar os símbolos que não são legíveis ou que não são verdadeiramente representação do feminino: `querid@s` `amig@s`.

C. Quando usamos o feminino, os textos são muito mais claros e entendíveis. Se nos custa muito tempo ou trabalho nomear em feminino e masculino, o que recomendamos é que se usem palavras abstratas ou genéricas: "o pessoal docente", "a assessoria legal", "a comunidade hospitalar", "a vizinhança"... se o que se quer é fazer uma referência coletiva aos dois sexos.

A identidade social está diretamente relacionada com a linguagem e da mesma forma que uma imagem nos leva a ter uma idéia das coisas (as imagens, as pinturas, são também meios de comunicação) as palavras nos dizem como é a pessoa de um lugar, como é um país. Para muita gente, por causa das imagens que se difundiram todos os nordestinos são baixinhos, de cabeça chata.

Para muitas outras pessoas, as mulheres são, em sua maioria, donas de casa.

Frases como: "Se você queria trabalhar, por que casou?" "Cuide do seu irmão, para isso você é mulher" formaram uma idéia que, não apenas nega às mulheres o direito de poder se desenvolver plenamente como pessoas, mas também criam um modelo de comportamento que pareceria o que devem ter as mulheres, deixando outras atividades em segundo plano ou como inadequadas.

Se a isso somamos que a mídia fala só de Interventores, Governadores, carpinteiros, encanadores, desenhistas...

E as ofertas de trabalho pedem: cozinheiros, técnicos, tradutores, arquitetos...

Difícilmente mudaremos as expectativas que uma jovem possa imaginar para o seu futuro.

É responsabilidade de qualquer pessoa quando fala colaborar para abrir todas as oportunidades existentes.

Pelo contrário, quando uma mulher profissional é definida em masculino, o que se está promovendo é:

1. A invisibilidade das mulheres que desempenham essas profissões
2. A excepcionalidade que confirma que não é algo normal para as demais mulheres
3. Reservar o masculino para determinadas atividades remuneradas ou de prestígio
4. Que a cidadania continue pensando que tal ou qual profissão não pode ser dita em feminino. Qualquer dessas idéias é sem dúvida contrária ao desenvolvimento da humanidade e de uma sociedade equitativa, contrária à igualdade de oportunidades; atavismos históricos que perpetuam o sexismo e a misoginia."

(...)

(Fonte: <http://www.campanaderechoeducacion.org/sam2011/wp-content/uploads/2011/05/manualusonaosexistalinguagem.pdf>, data de acesso: 06/06/2011)

6 - Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino

(Fonte: <http://www.oas.org/dil/port/1960%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20relativa%20%C3%A0%20luta%20contra%20a%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>, data de acesso: 06/06/2011)

7 - Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino

Enquadramento Internacional das Políticas para a Igualdade entre...

Estas movimentações tiveram também ecos ao nível das normas... 1960 - Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino (UNESCO),..... e o tráfico, a linguagem não sexista, a conciliação da vida privada e familiar...

(Fonte: http://www.crie.min-edu.pt/files/.../1220024596_05_SACAUSEF_III_47a58.pdf, data de acesso: 06/06/2011)

8 - Livro: Redação sem Discriminação

REDAÇÃO SEM DISCRIMINAÇÃO Autor(es): Unesco Editora: TEXTONOVO
Área(s): PORTUGUÊS - ESTUDO ENSINO ISBN: 8585734108
Páginas:192 Preço: R\$ 29,00

Descrição:

Livro em três partes de conteúdo igual, mas em idiomas diferentes, enfocando o mesmo tema em Português, Inglês e Espanhol. Apresenta vários exemplos de ambigüidades, estereotípias e formas de tratamento inadequadas, com indicações de como evitar esses e outros problemas da linguagem sexista. Mostra como contornar as formas de linguagem que constituem discriminação contra um dos sexos, especialmente, para professores e alunos, e para as mulheres que desejam, elas mesmas, dar o exemplo de combate a um tipo particular de discriminação, aplicando no seu quotidiano normas de linguagem que vêm sendo seguidas em boa parte do mundo.

Livro: REDAÇÃO SEM DISCRIMINAÇÃO

(Fonte: <http://www.livrariaresposta.com.br/v2/produto.php?id=138715&sp=0>, data de acesso: 06/06/2011)

9 - Conselho Regional de Psicologia adota Norma Não - Sexista

NOTA_TECNICA_LINGUAGEM_GENERO_CRP-03.

(Fonte: http://www.crp03.org.br/img/Nota_tecnica_linguagem_genero_CRP-03.pdf, data de acesso: 06/06/2011)

10 - Linguagem Sexista sob a Perspectiva da Análise do Discurso: olhares esboçados em uma revista dirigida a professores/as

Autor: João Félix da Silva - 2004

(Fonte: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/684/68470106.pdf>, data de acesso: 06/06/2011)